

Mulheres do Afeganistão:

Rasgando véus.

“Decidimos declarar, que no dia internacional da mulher de 2002, para as mulheres, o Afeganistão está em todos os lugares.

Isso significa que somos solidárias as mulheres do Afeganistão não só porque todas nós nos identificamos com seu sofrimento, mas também porque entendemos que violência, a opressão, a invisibilidade e outras formas de desigualdade que infestaram o Afeganistão são universais.”

(Proclamação de Bruxelas, dezembro de 2001)

Em dezembro de 2001, quando a transição política no Afeganistão foi negociada em Bonn, realizou-se, paralelamente, em Bruxelas, a Cúpula das Mulheres pela Democracia, reunindo 40 representantes de diferentes organizações afegãs e várias observadoras de outros países.¹ Em seguida, a imprensa anunciou que algumas mulheres participariam do novo governo, entre elas Sima Samar, indicada para dupla função de vice-primeira ministra e ministra dos assuntos das mulheres. Conheci Sima, em 1997, numa discreta comemoração do Dia Internacional da Mulher em Amsterdã. O debate aconteceu num centro cultural alternativo, típico da cultura jovem holandesa. Na sala escura e cheia de espelhos, havia, no máximo, 50 pessoas. Um dos temas centrais da discussão foi a tensão entre direitos universais e particularidades culturais. Para mim, era comovente encontrar uma feminista afegã em tempos tão sombrios. Fiquei fascinada com os olhos cinzentos e plácidos de Sima. Sem levantar a voz, ela falou sobre o desaparecimento do marido durante a ocupação russa, morte e tortura de outras pessoas queridas e das atrocidades cometidas pelo Talibã contra as mulheres. Mas sorriu ao relatar seus muitos projetos: as escolas para meninas, os serviços de saúde e projetos de geração de renda que havia montado no Afeganistão e nos campos de refugiados de Quetta. Quando lhe disse que, para quem olhava de longe, essas pareciam ser tarefas impossíveis, ela respondeu: “é muito difícil, mas não é impossível.”

Para meu espanto, Sima acabava de chegar do Fórum Econômico Mundial de Davos. Perguntei porque havia ido e disse-lhe que alimentava sérias dúvidas quanto à sensibilidade dos homens de Davos, em relação à causa das mulheres no Afeganistão. Ela reagiu com calma habitual:

¹ A cúpula de Bruxelas foi uma iniciativa conjunta do Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem), Feminist Majority Foundation (EUA) e do Lobby Europeu de Mulheres. A Proclamação de Bruxelas pode ser encontrada na página da Wapha, <<http://www.wapha.org>>

“Você tem razão, as pessoas que vão a Davos não são meus parceiros e parceiras habituais. Mas estamos muito sós e isoladas. Não posso me eximir de ir a todo e qualquer lugar onde há alguém querendo me ouvir.” Ganhei de Simas uma bolsa de moedas e deixei com ela um exemplar da edição internacional do Observatório da Cidadania.

Prometemos não nos perder de vista, mesmo sabendo que essa promessa talvez não pudesse ser cumprida. Em março de 1997, não podíamos prever que, em cinco anos mais tarde- em tempos ainda mais incertos e sombrios-, eu saberia dela pelas páginas dos jornais. Quando foi nomeada primeira ministra, Simas estava no Canadá fazendo um ciclo de conferências. Pelos jornais, aprendi um pouco mais sobre sua vida. Formou-se em medicina pela Universidade de Cabul e, ao longo de seus 17 anos de exílio, montou dez hospitais e clínicas para mulheres e crianças e uma rede de escolas que atende a 17 mil alunas e alunos. Quando perguntada pela BBC se não havia corrido muitos riscos para montar essa rede, ela respondeu: “Sempre corri riscos. Sempre soube que vou morrer um dia. É melhor correr riscos ajudando alguém.”

Em fevereiro de 2002, encontrei Mariam e Danish no Fórum Social Mundial, onde estavam convidadas pela Campanha contra todas as Formas de Fundamentalismo, promovida pela Articulação Feminista MarcoSul. Elas são as “mulheres de Rawa – a Associação Revolucionária das Mulheres Afegãs. Estavam em Porto Alegre para testemunhar os abusos perpetrados contra mulheres no Talibã e demais senhores da guerra que tem devastado seu país desde a década de 1970. O depoimento, que aconteceu no auditório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não teve o público que merecia. Fundada em 1997, a Rawa é a mais antiga organização feminista afegã. É “revolucionária”, segundo Mariam e Danish, porque foi criada para defender o direito das mulheres, uma agenda decididamente radical no Afeganistão da década de 1970. Mas essa marca original da revolução tem também afinidades com o contexto político em que a Rawa surgiu.

Caldo de cultura

Entre as décadas de 1950 e 1970, o Afeganistão esteve na órbita política da antiga Soviética, da qual recebeu recursos de cooperação e, sobretudo, apoio para a formação de recursos humanos. A dinâmica política interna do país também foi influenciada pela presença de grupos maoístas vinculados a China. A Rawa nasceu, portanto, num caldo de cultura política fortemente marcada pela perspectiva marxista. Tão logo foi criada, a associação se veria diante dos paradoxos do regime pró soviético instalado em 1978. O governo comunista, por um lado,

promoveu a reforma agrária, a igualdade de direitos e acesso à educação para mulheres. Foram proibidos os casamentos forçados, estabeleceu-se idade mínima para o casamento e garantiu-se o direito das mulheres ao trabalho. Mas, na sua outra face, o regime desrespeitou abertamente os princípios democráticos e os direitos humanos, encarcerando e torturando opositores. Após quase dois anos de crises políticas e terror, o país seria invadido pelas tropas soviéticas em 1979.

Entre 1979 e 1989, a Rawa teve adversários poderosos em duas frentes. Tornou-se pólo de resistência contra os russos e seus asseclas, ao mesmo tempo em que lutava contra o tradicionalismo sexista dos muhajedins, que – apoiados pelo EUA, Paquistão e Arábia Saudita – já estavam em plena ascensão. Em 1987, após inúmeras ameaças, sua fundadora Meena Kamal, refugiada no Paquistão, foi assassinada. O crime nunca devidamente esclarecido, e a imprensa pró-governista do Paquistão chegou a sugerir que Meena era uma agente do governo pró-soviético de Cabul.

Na década de 1990, após a retirada soviética, os desafios e riscos seriam amplificados especialmente a partir de 1994, quando o Talibã passou a controlar a maior parte do território. Desde então, a Rawa se posicionou, frontalmente, tanto contra o fundamentalismo quanto contra o machismo bárbaro das demais facções étnicas e políticas que lutavam contra o Talibã. Em várias ocasiões, suas porta-vozes afirmaram que se sentiam quase inteiramente sós nessa batalha renhida. A Rawa sempre incluiu na lista dos perpetradores de abusos os líderes da Aliança do Norte e de outras forças que se opunham ao Talibã, como o líder Massoud – assassinado em setembro de 2001 – e o chefe usbeque Dostun. Essa posição tem sido sustentada após as negociações de Bonn. Em fevereiro de 2002, a Rawa fez circular a denúncia de que os homens de Dostun haviam estuprado mulheres e meninas da minoria pasthun no norte do país e condenou o governo no Karzai por sua incapacidade de conter os abusos contra as mulheres.

A Rawa conta com mais de 2 mil participantes que atuam, clandestinamente, no Afeganistão e, abertamente, nos campos de refugiados no Paquistão. Mariam e Danish tem menos de 30 anos, ou seja, tem praticamente a mesma idade da organização. Elas corporificam a vitalidade política e capacidade de renovação institucional da Rawa. Assim como outras ONGs afegãs, a Rawa desenvolve programas sociais em saúde, educação e geração de renda. Entretanto, sua missão é visceralmente política. Em anos recentes, promoveu sistematicamente mobilizações públicas contra o fundamentalismo no Paquistão e estabeleceu conexões com redes de apoio

internacional na Europa e Estados Unidos.² Os apoios do Ocidente tampouco têm impedido que Rawa expresse seu repúdio em relação aos bombardeios e à presença de tropas americanas e europeias no país.

Essa longa e peculiar trajetória política explica o compromisso da Rawa com o secularismo e os princípios democráticos. Nos seus discursos, é extensivo o uso de “democracia” e “luta pela liberdade”. Sua agenda é, a um só tempo, radical e pragmática. Lutou contra o talibã e demais senhores da guerra, mas, desde 1997, apoia a reconstituição da monarquia parlamentar, pois avalia que o retorno do rei e a recriação da Loya Jirga é o desejo da maioria da população afegã (Rawa,1997). Repudia o bombardeio, mas é a favor de uma força de paz internacional para garantir a lisura e transparência da transição. A educação das mulheres – uma agenda convencional- é sua prioridade máxima, mas também defende abertamente o direito de livre opção sexual. A Rawa é, sobretudo, um exemplo muito bem sucedido de uso político da Internet. Hoje, praticamente todas as agências internacionais e jornais que veiculam notícias sobre o Afeganistão informam sobre a existência de sua página na Rede e muitos deles têm um link direto com a mesma.³ Depois de 11 de setembro, representantes da Rawa foram entrevistadas pelas grandes redes de televisão e a organização se tornou conhecida em todo mundo.

As trajetórias de Sima Samar e da Rawa são signos de que o futuro – como bem dizia Hannah Arendt- não se projeta, mas sim se precipita. Mas elas são apenas a ponta de um enorme iceberg. Numa busca superficial na Internet, é possível identificar dezenas de organizações de mulheres afegãs. Várias delas foram criadas por exiladas nos Estados Unidos e Europa. As mais conhecidas são a Aliança de Mulheres pela Paz e os Direitos Humanos no Afeganistão (Wapha), Mulheres Afegãs e Educação (AWE) e Mulheres pelas Mulheres Afegãs (AWA), que atuam a partir dos Estados Unidos. Sediada na França, há a Apoio paraas Mulheres no Afeganistão (Negar). Mais numerosas são as organizações que atuam no país e nos campos de refugiados. Na Internet, além da Rawa, é possível identificar a Rede Afegã de Mulheres (Afghan Women’s Network), o Centro Educacional para as Mulheres Afegãs (Awec) , a Missão das Mulheres Afegãs (Afghan Women Mission) e o Centro para Crianças de Rua de Peshawar.

² A Rawa é apoiada, entre outras organizações, pelas Mulheres de Negro (Itália), pelo Lobby Europeu de Mulheres, pela Feminist Majority Foudantion e Equality Now (EUA). Um importante ponto apoio da Rawa nos EUA é a Eve Ensler, autora de Monólogos da vagina. Entre 11 de setembro e a conferencia de Bonn, a Rawa participou de mais de 70 conferências em universidades e outros espaços relevantes da sociedade norte americana.

³ Ver < <http://rawa.org>>

Os planos da Rawa para o futuro

- “Expandir e focalizar melhor nossas atividades em educação para as mulheres e crianças, estabelecendo escolas, instituições e cursos gratis e modernos; publicar textos e editar vídeos que contenham conhecimento e informações científicas para serem distribuídos livremente entre alunas e alunos; montar bibliotecas nas cidades e também nas áreas rurais e distantes. Temos esses planos porque somos firmemente da opinião de que o conhecimento é em si mesmo poder, e de que pode ampliar a consciência das mulheres sobre seus direitos humanos e seu lugar na sociedade e, também, sobre os problemas políticos e sociais do país. Isso levará a que elas compreendam seu valor em toda e qualquer esfera.
- Criar muitos cursos de computador para as mulheres e meninas com acesso à Internet. Nós aprendemos como é maravilhoso ter acesso a um computador e à Internet. Esse acesso é por si só uma “universidade”. Temos um grande desejo de ensinar muitas mulheres a usar computadores. Faremos todo o possível para que computadores e a Internet não sejam vistos como um monopólio dos homens.
- Além de incluir o estudo do inglês em todas as nossas escolas e cursos, planejamos estabelecer cursos de língua inglesa para todas as mulheres e meninas. Faz parte dos planos promover educação em computação bastante completa. Sem computadores e familiaridade com o idioma inglês, desfrutar de uma vida civilizada no século 21 será muito difícil, se não impossível.
- Em especial, queremos estabelecer numerosos cursos para mulheres viúvas a fim de que elas possam ter acesso a atividades econômicas e ganhar sua vida como membros honrados da sociedade.
- Publicar livros especiais e periódicos para mulheres, meninas, adolescentes nos idiomas principais do país.
- Sabemos que, em nossa sociedade fechada, há mulheres que têm preferências sexuais diferentes, mas que, em razão da severa repressão social e religiosa, vivem uma vida torturada. Portanto, publicaremos revistas em que esses tabus possam ser discutidos. Essas mulheres poderão se expressar livremente, e gradualmente, a sociedade chegará à conclusão de que não pode ignorar uma comunidade grande de pessoas cujo único “pecado” é querer viver e amar da maneira que desejam.”

Texto disponibilizado em < <http://www.rawa.org> >.

Sob o véu espesso da mídia

Mas há muitas outras redes e iniciativas. Num artigo publicado pela revista *Genders*, Rob Schultheis (1998), jornalista que esteve várias vezes no país entre 1997 e 1999, informa ter visto, na área em que preomina a etnia hazara, camponesas sendo educadas em cavernas e mesquitas. No dia 8 de março de 1997, ele também assistiu a uma comemoração do Dia Internacional da Mulher na cidade de Bamyán, onde, três anos mais tarde, seriam destruídas as imagens gigantes de Buda. Um dos artigos publicados em *Salon*, uma revista online, sobre a Cúpula de Bruxelas é o perfil de Hena Efat, uma jovem de 25 anos, que, pela primeira vez, saía do país. Hena, ainda uma estudante secundária, criou uma pequena empresa de confecções que empregava mulheres. Em 1996, havia iniciado o curso de medicina na Universidade de Cabul, quando o talibã proibiu terminantemente o acesso à educação. A partir daí, ela se dedicou a educar, clandestinamente, jovens e meninas. A revista *Time*, de 18 de fevereiro de 2002, publicou uma reportagem sobre episódios de escravidão sexual que ocorreram sob o Talibã. Nela, é citada Qadria Parast, líder das Mensageiras da Liberdade, organização cujas origens tampouco são recentes.

Contudo, essas teias férteis e duradouras de resistência política e trabalho humanitário foram encobertas pelo véu espesso criado pela mídia que, entre 1996 e 2001, fez do Afeganistão um cenário povoado de burcas e atrocidades.⁴ Alguém poderá argumentar que essas outras histórias não tiveram visibilidade porque não eram verdadeiras “notícias”. Mas não faltam fatos associados à resistência das mulheres afegãs que poderiam ter se tornado notícia. Por exemplo, em 1997, a imprensa internacional informou que uma delegação do Talibã estava no Texas – a despeito de não existirem relações diplomáticas com os EUA – para negociar com o consórcio CentGaz o projeto de um oleoduto entre Turcomenistão e o Paquistão. Isso porque o regime dos mulás receberia US\$ 50 milhões como “pedágio” pela passagem do petróleo.⁵ A partir daí, o projeto foi objeto de ampla investigação e denúncia pela mídia e outros atores. Em agosto de 1998, a Unocal, acionista majoritária, anunciou sua suspensão, afirmando que ele só seria

⁴ A lista de notícias sobre a Rawa que é oferecida pelo site indica algumas poucas exceções no que diz respeito à presença da resistência das mulheres afegãs na grande mídia antes de setembro de 2001. É o caso de matérias esporádicas do *Le Monde Diplomatique*, do *The Nation* (que não é exatamente um veículo de grande mídia) e, surpreendentemente uma reportagem publicada no Brasil (*IstoÉ Dinheiro*), em abril de 2001

⁵ O consórcio CentGaz era formado por: Unocal (EUA, 45%); Delta Oil Company Limited (Arábia Saudita, 15%); governo do Turcomenistão, 7%; Indonésia Petroleum, LTD-Inpex, (Japão, 6,5%); Itochu (Cieco-Japão, 6,5%); Hyundai (Coreia, 5%) e Crescent Group (Paquistão, 3,5%). Além disso, a RAO Gazprom (Rússia) havia indicado interesse em adquirir 10% das ações.

retomado quando o Afeganistão tivesse “um governo reconhecido pelas Nações Unidas e pelos Estados Unidos.”⁶

Ou seja, o episódio Unocal não acabou. Está apenas adormecido. As forças econômicas nele envolvidas continuam sendo extraordinariamente relevantes para analisar a atual e futura conjuntura do país. Mas aqui, importa, sobretudo, sublinhar que as redes de mulheres estiveram diretamente envolvidas com a divulgação do projeto CentGaz. O projeto se apoiou, fundamentalmente, na denúncia das empresas acionistas do consórcio como cúmplices potenciais dos abusos contra o direito das mulheres cometidos pelo Talibã (Gross, 2000). Isso, contudo, nunca foi enfatizado pela grande mídia. Da mesma forma, em março de 1998, a grande imprensa não divulgou adequadamente a posição formal do Departamento de Estado norte – americano em relação aos abusos dos direitos das mulheres no Afeganistão.⁷ Também não se deu visibilidade global ao brutal ataque feito por grupos vinculados ao Talibã contra uma manifestação da Rawa em Peshawar em abril do mesmo ano. Tampouco foi divulgado que, em junho de 2000, 400 mulheres – vindas do exílio distante, do interior do país e dos campos de refugiados – se reuniram em Dushambe, no Tajiquistão, e redigiram uma Declaração dos Direitos Humanos Essenciais das Mulheres Afegãs.⁸

Esse obscurecimento sistemático não surpreende. Pode ser identificado em relação a muitos outros temas e contextos. No caso específico do Afeganistão, contribuiu, porém, para cristalizar um imaginário sobre o país que tornava a ação humana irrelevante. Durante anos, prevaleceu na grande mídia, um circo de horrores, sem que os contrapontos da resistência fossem investigados e iluminados. Isso terminou por fixar a percepção de que nada podia ser feito. A mídia “construiu” um país no qual não existiam vida política e, muito menos, uma ação política das mulheres. Hoje, quando as mulheres finalmente emergem das burcas e das sombras criadas pela própria mídia, isso, naturalmente, suscita interrogações e dúvidas. Quem são elas? De onde vieram? Por que se tornaram tão poderosas? Num processo de reconstrução política determinado pelas mesmas forças globais que bombardeiam seu território, o súbito “acontecimento” das afegãs, esvaziado que foi de profundidade histórica, pode ser facilmente

⁶ A posição da Unocal está disponibilizada em < <http://www.unocal.com/uclnews/98news/centgas.htm>>

⁷ O conteúdo do documento é, em vários de seus aspectos, irônico à luz das circunstâncias atuais. Mas não deixa de ser uma peça historicamente relevante. “A promoção do respeito aos direitos humanos das mulheres e meninas é uma de nossas prioridades máximas de política externa em relação ao Afeganistão... Os Estados Unidos são neutros em relação às várias facções em luta no Afeganistão, mas nossa neutralidade não se estende a violações das normas de direito internacional... Não está em nossos planos estabelecer relações diplomáticas com o Talibã ou a Aliança do Norte. Não reconheceremos nenhum governo ao menos que ele seja amplamente representativo e respeite as normas de direito internacional, incluindo os direitos de mulheres e meninas.”

⁸ A reunião de Dushambe foi mobilizada pela Negar (França). Embora a grande imprensa não tenha noticiado o evento, a Declaração de Dushambe circulou razoavelmente nas redes eletrônicas e pode ser encontrado em <<http://perso.wanadoo.fr/negar//anglais/declaration.htm>> .

desqualificado. As mulheres que hoje participam do governo de transição são vistas como simples marionetes. Tal interpretação é apenas equivocada como também é injusta com elas e com a própria história social do Afeganistão.

Depois dos véus

Hoje, as mulheres afegãs tem rosto, voz e história. É paradoxal- para não dizer dramático - que isso tenha se dado como desdobramento do ataque de 11 de setembro e da guerra. Suas organizações e redes de resistência e de ajuda humanitária se veem, agora, diante do gigantesco desafio de reconstruir a sociedade e o Estado afegãos em condições de enorme complexidade e incerteza. Para quem viveu os riscos e instabilidades das transições democráticas latino – americanas, não é difícil visualizar o tamanho da tarefa. Trata-se de reconstruir um país multiétnico devastado pela fome e pela guerra, cuja dinâmica política continua a ser determinada por poderosas forças externas. Assim como acontece no Camboja, na Bósnia e no Timor, estão sendo criadas estruturas externas de gestão e monitoramento cuja lógica tende a abrir contradições com a dinâmica política e social local. O que se passa no Afeganistão é uma experiência política inusitada, mas que interessa, de perto, a todas e todos nós. Trata-se de um processo de reconstrução em que os elementos constitutivos e forças atuantes não se definem exclusivamente tendo como referência os marcos clássicos do Estado Nação. Os elementos, atores e atrizes desse processo foram constituídos no “mundo em fuga” das análises de Giddens (1999), e a transição institucional se faz sob a égide do império tal como definido por Hardt e Negri (2001).

Mas, a julgar pelo depoimento de Mariam e Danish em Porto Alegre e pelos resultados da Cúpula de Bruxelas, essas complexidades e contradições não parecem assustar as organizações e as mulheres envolvidas no processo de reconstrução do país. Como ocorre em qualquer transição política, há, sem dúvida, diferença de posição e mesmo conflitos entre as diferentes organizações e redes. Uma questão crucial é, possivelmente, a definição quanto à profundidade do engajamento das organizações feministas com a dinâmica institucional propriamente dita. Certamente, a Rawa mantém maior distância em relação ao governo de Karzai que outras organizações. Mas, pelo menos até o momento, essas tensões inevitáveis não parecem estar comprometendo a construção de consensos e de uma agenda comum das afegãs.

Hoje, essas valiosas mulheres estão visíveis. Mas nada garante que, após esse primeiro frisson midiático, elas não voltem a submergir no vasto oceano das informações “mais relevantes”. É,

porém, crucial que os véus continuem a ser rasgados. Quando, no limiar da modernidade, as pioneiras feministas descortinaram um horizonte possível de igualdade entre homens e mulheres, não podiam imaginar que, passados 200 anos, as mulheres e seus direitos humanos estariam no epicentro de uma crise política e militar de proporções globais, como acontece hoje no Afeganistão. Sobretudo, esta é a primeira vez em que igualdade entre os gêneros está, de fato, situada na espinha dorsal de um projeto de sociedade. Se, realmente, o projeto de reconstrução do Afeganistão nasce rompendo as fronteiras clássicas do pensamento político, sua viabilidade ou falência terá repercussões profundas em todos os cantos do planeta. Ou seja, em 8 de março de 2002, o Afeganistão está mesmo em toda a parte.

Fios da história

Sempre que revolvemos a trajetória dos movimentos de mulheres e das mulheres em movimento, encontramos fios que nos fazem retroceder no tempo. As afegãs não são uma exceção. As teias da resistência analisadas neste artigo guardam, sem dúvida, forte relação com a “modernização” do país que teve lugar entre as décadas de 1950 e 1980. Em 1959, a monarquia encorajou as mulheres a não mais usarem o véu em ocasiões públicas. Em 1964, uma reforma constitucional permitiu que mulheres fossem eleitas pra o parlamento, e em seguida, foi indicada uma primeira mulher para o gabinete, Kubru Nuzai, ex ministra da Saúde. Seguiram-se as reformas do regime pró soviético. Essas transformações não se deram sem conflitos. Na década de 1970, dois mulás conservadores deram tiros nas pernas de estudantes e professoras da Universidade de Cabul para protestar contra a “corrupção ocidental”. Como se sabe, essa prática bárbara seria retomada de forma sistemática na década de 1990 no Afeganistão e também no Paquistão. O grande salto do período foi o acesso à educação e ao mundo do trabalho. Antes da crise da década de 1990, as mulheres eram mais de 50% da população economicamente ativa, sendo que, em algumas áreas, como os cursos de medicina, elas já estavam em número maior que os homens. Essas transformações permaneceram, em grande medida, restritas às áreas urbanas e especialmente, a Cabul. Mas continuam sendo fundamentais para compreender a densidade e extensão da resistência da década de 1990. Porém, é possível e necessário voltar ainda mais atrás no tempo. Segundo Ghosh (2002), ainda no século 19 – mais precisamente na década de 1880 -, o rei Amir Abdur Rahman estabeleceu uma idade mínima para casamento e proibiu o levirato (casamento da viúva com o irmão do morto). Seu filho, Amir Habibullah, que reinou entre 1901 e 1919, autorizou que suas mulheres

abandonassem o véu e estimulou a educação feminina. Mas enfrentou forte oposição dos líderes religiosos quando quis criar uma escola para mulheres. Seguiu-se o período Amani, quando – sob os auspícios do rei Amanullah e da rainha Soraya – foi criada a Escola Malalai e uma associação de proteção das mulheres. A rainha e sua mãe também fundaram uma revista feminina chamada O Guia das Mulheres. Foi brutal a reação dos setores tradicionalistas, quando em 1924, o rei propôs uma lei que garantia às mulheres liberdade para escolher seus maridos. A transformação de condição feminina promovida “de cima para baixo”, descrita por Ghosh não difere do que se deu, no mesmo período, no Egito e na Turquia de Mustafah Kemal Ataturk. Embora, na América Latina, a emergência das mulheres na esfera política contabilize, nessa mesma época, movimentos sociais que atuavam de baixo para cima, é possível também fazer algumas analogias. Possivelmente, a ilustração mais conhecida é, no México, na década de 1920, durante o governo de Calles, que foi anticlerical e pró -feminista, apoiando até mesmo o uso de anticoncepcionais. Da mesma forma que Nísia Floresta – a pioneira novecentista da educação feminina no Brasil – permanece como referência do nosso feminismo, a Escola Malalai continua presente na agenda atual das afegãs. O grupo de Mulheres Afegãs e Educação (AWE) publicou um livro de depoimentos de alunas que frequentaram a escola desde a década de 1950. Malalai é também o nome do hospital que a Rawa mantém em Peshawar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ghosh, Huma Ahmed. 2002. “Feminist Perspective: September 11th and Afghan Women”. Disponível em < <http://www.ncmonline.com/content/ncm/2002/jan/0103afghanwomen.html>>
- GIDDENS, Anthony. 1999. Runaway World: How Globalization is Shaping Our lives. Profile Books. Londres.
- GROSS, Nasrine.2000. “The Messy Side of Globalization: Women in Afghanistan”. Apresentação feita no Symposium on Globalization and Women in Muslim Societies. Biblioteca do Congresso Americano. Disponível em: <<http://users.erols.com/kabultec>>.
- HARDT, Michael;NEGRI, Antonio. 2001. Império. Rio de Janeiro: Record.
- RAWA. 1997. “The Burst of the “Islamic Government” Bubble in Afghanistan.
- SCHULTHEIS,Rob. 1998. Afghanistan: forgotten Women – News and Commentary. Genders, n. 28. Disponível em: <<http://www.genders.org>>

Outras páginas da Rede que oferecem informações sobre as mulheres do Afeganistão:

<http://www.academicinfo.net/afghanwomen.html>

<http://www.wluml.org>

*Sonia Corrêa

Antropóloga, pesquisadora do Ibase e da Rede Dawn – Development Alternative with Women for a New Era